

O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural

caracterização e comparação de diferentes abordagens

David Basso¹
Nelson Giordano Delgado²
Benedito Silva Neto³

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar duas abordagens que podem ser empregadas para a análise de trajetórias de desenvolvimento rural: uma que se baseia na noção de sistemas agrários e sistemas de produção, e a outra que se fundamenta na noção de acesso e de capacitação para o acesso, por parte das famílias rurais, a um conjunto de ativos de capital e de atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. Ainda que as duas abordagens possam ter alcance e objetivos diversos, é possível imaginar a existência de complementaridades importantes entre elas.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, famílias rurais, capacidade de reprodução.

Abstract

This work aims to characterize two frameworks that can be used for the analysis of paths of rural development: one is based on the notion of agrarian systems, and another one is based on the notion of access and capability for the access to a set of capital assets and actors of the spheres of the market, the State and the civil society. Still that the two frameworks can have diverse reach and objectives, is possible to imagine the existence of important complementarities between them.

Keywords: rural development, rural families, rural livelihoods.

¹ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijuí, doutorando do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), (davidbasso@terra.com.br).

² Professor do CPDA/UFRRJ (nelsongd@unisys.com.br).

³ Professor do Departamento de Estudos Agrários da Unijuí (bsneto@unijui.tche.br).

Introdução

Existem diferentes formas pelas quais se pode proceder à análise e à avaliação de processos de desenvolvimento, particularmente quando se referem ao desenvolvimento rural. O objetivo deste trabalho é apresentar duas abordagens que podem ser utilizadas para a análise de trajetórias de desenvolvimento rural: uma baseada na consideração privilegiada dos sistemas agrários e dos sistemas de produção, e a outra fundamentada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a recursos por parte dos atores sociais existentes.

A primeira tem como unidade básica de análise a unidade de produção e, por conseqüência, tanto o diagnóstico quanto as propostas de intervenção, na perspectiva de fortalecer a capacidade de reprodução dos grupos sociais, limitam-se ao campo das atividades produtivas para diferentes tipos de produtores, com ênfase especial nas relações econômicas. A segunda tem como unidade básica de análise a família rural e as alternativas concebidas para sua reprodução social envolvem tanto atividades agrícolas como não agrícolas, e seu foco analítico atribui um destaque especial às relações sociais existentes. Nosso esforço, neste artigo, estará concentrado na tentativa de evidenciar que, em vez de alternativas, essas abordagens deveriam ser utilizadas de modo complementar, especialmente quando se trata de estudar regiões onde as atividades agrícolas têm peso importante na definição das condições de reprodução social.

O artigo começa fazendo uma delimitação do sentido que queremos atribuir ao conceito de desenvolvimento, um termo sem dúvida amplo, impreciso e, de certa forma, desgastado. Nossa intenção é trazer alguns aportes teóricos que tratem as dimensões local e global do desenvolvimento não como fenômenos opostos, mas como lugares complementares, embora diversos, de onde se olha para um

mesmo processo. Ainda nesta parte inicial destacamos que a noção de desenvolvimento utilizada é aquela fundamentada na qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais envolvidos.

Na segunda parte são apresentados os principais elementos e características utilizados pela abordagem dos sistemas agrários para estudar trajetórias de desenvolvimento da agricultura. Na terceira parte são apresentados os argumentos que fundamentam a abordagem proposta por Anthony Bebbington (1999), que baseia seus estudos sobre trajetórias de famílias rurais a partir da consideração de suas condições de acesso a diferentes ativos de capital e a diversos atores sociais situados nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil⁴.

Isoladamente, as duas abordagens podem ser alvo de críticas. A abordagem de sistemas agrários é normalmente criticada por ser demasiado economicista e por reduzir sua análise somente às atividades agrícolas e apenas aos tipos de agricultores que podem se reproduzir a partir de um sistema produtivo. Abordagens do tipo proposto por Bebbington também geram críticas, seja porque tendem a diminuir a importância das atividades eminentemente agrícolas para garantir a reprodução familiar, ou pelo fato de dar muito destaque a fatores sociais, normalmente de difícil mensuração. A combinação das duas abordagens parece ser um bom caminho tanto para diagnosticar situações de desenvolvimento como para estudar políticas de intervenções, buscando respeitar minimamente a enorme complexidade de que se revestem, atualmente, os processos sociais rurais.

⁴ Essa abordagem de Bebbington, como ele mesmo reconhece, tem seu ponto de partida nas análises de Amartya Sen sobre o conceito e o processo de desenvolvimento. Veja-se, por exemplo, Sen (2000 e 2001).

De que desenvolvimento estamos falando

Se nosso objetivo é discutir abordagens para estudar trajetórias de desenvolvimento, não podemos nos furtar a tecer rápidas considerações sobre o significado ou o sentido que estamos atribuindo ao conceito de desenvolvimento. Como estamos particularmente interessados em analisar processos de desenvolvimento a partir das condições locais, queremos inicialmente situar a discussão do desenvolvimento frente ao processo de globalização. Em seguida, vamos enfatizar que a noção de desenvolvimento que estamos assumindo tem como referência primordial a qualidade de vida das pessoas.

Como lembra Bourdieu (1988), um dos grandes perigos do tratamento dado à globalização pelo neoliberalismo – ou seja, como um processo inevitável, a cujas forças não se pode opor nem resistir, e no qual o crescimento máximo, via produtividade e competitividade, transforma-se no fim último e único das ações humanas – é semear confusão tanto na discussão pública, como na elaboração de políticas, naturalizando a crença de que vivemos em um mundo de expectativas altamente restringidas, de modo que os atores políticos podem executar menos do que é realmente possível diante do sistema global (Hirst; Thompson, 1998).

Não obstante, é crucial não cair na simplificação oposta de tratar as questões locais de forma completamente dissociada das globais. Um processo de desenvolvimento local deve ser sempre analisado com referência à sociedade global na qual se insere. Como afirma Arocena (1995), o caráter relativo da noção de “local” permite que se reconheça a presença do “global” em cada processo de desenvolvimento. Segundo ele, para que se possa reconhecer a presença dessas duas noções relativas é necessário que se faça com clareza a distinção entre o local e o global.

Isto, por um lado, exige o reconhecimento de que a consideração do global – ou seja, da análise dos grandes determinantes sistêmicos e estruturais e de sua forma de manifestação no lugar

que está sendo investigado – não esgota o conhecimento da realidade local, pois em sua análise devem ser tratados aspectos que não são simples efeitos de reprodução, em todas as escalas, dos determinantes globais, mas que lhe são específicos, tais como, história, cultura e ecologia próprias. Por outro lado, de que o estudo do local não pode se limitar ao estudo dos atores sociais locais, sendo necessário contextualizar as formas pelas quais a dinâmica social global manifesta-se nesse lugar específico, condicionando as iniciativas locais e as possibilidades alternativas de construção do futuro.

Para explicar o crescente estímulo que a União Européia vem dando às iniciativas de desenvolvimento local, considerando-as como elementos importantes no âmbito de suas políticas estruturais, Ray (1997) sustenta que o local e o global, mais do que opostos, devem ser vistos como uma relação dialética, na qual cada lado ajuda a definir e reforçar o outro⁵. A dialética do desenvolvimento local justapõe duas trajetórias e oferece uma solução para sua natureza aparentemente contraditória: um pólo da dialética é composto do local, no qual as iniciativas de desenvolvimento aparecem como intervenções para neutralizar as forças políticas e econômicas excludentes e as forças culturais homogeneizadoras; o outro pólo é dado pelo nível extralocal, isto é, pelo esforço de consolidação de uma Europa unificada, operando no nível das agendas política e econômica, reforçadas pelas forças estatais e da globalização (p. 345-346).

Assim, os projetos da União Européia procuram explorar uma nova identidade européia, aceitando e promovendo a diversidade cultural no seu interior e cultivando relações diretas no nível local. Nessa perspectiva, as iniciativas locais são fortalecidas e as áreas

⁵ Como diz Milton Santos “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (1999, p. 273).

locais são retratadas como diferentes de, e vulneráveis a, forças extralocais. O localismo depende, portanto, de seu oposto – as forças externas ou globais (p. 346).

O desenvolvimento local proposto e estimulado pela política estrutural da União Européia – às vezes concebido numa perspectiva de cima para baixo, outras numa perspectiva participativa – tem como principais características: a) considerar o desenvolvimento num modelo analítico mais territorial do que setorial, sendo a escala do território menor do que o nível nacional; b) a economia e outras atividades de desenvolvimento são estruturadas para maximizar a retenção de benefícios no território local pela valorização e exploração de recursos físicos e humanos locais, e c) o desenvolvimento é contextualizado, tendo em vista as necessidades, capacidades e perspectivas da população local (p. 345).

Os objetivos e as lógicas que orientam as forças locais e extralocais são muito diferentes. Como lembra Ray (p. 354), os objetivos principais do projeto da União Européia expressam-se por meio de suas agendas social, política e econômica e são operacionalizados pela busca de convergência, coesão e integração. A lógica essencial que orienta as ações é integrar os componentes geográficos numa Europa unificada, eliminando as fronteiras para a mobilidade do capital e do trabalho. Nessa perspectiva, parece sobrar pouca margem de manobra aos países receptores de projetos, a não ser procurar cumprir os objetivos e a lógica extralocal.

De outro lado, o que move e sustenta as iniciativas de desenvolvimento local é a perspectiva de reestruturar as relações econômicas e políticas em nível territorial, buscando enfatizar a identidade local e as fronteiras conceituais de espaço social, cultural e econômico e fixar a população, a inovação e os empreendimentos à localidade.

Segundo Ray, a explicação para o paradoxo aparente pode ser encontrada na forma de uma dialética que se apóia, antes de tudo, no conceito de identidade, que pode ser definido em termos de *diferença de outros* e que pode se referir tanto a identidades étnicas, territoriais ou de grupos de interesse (p. 354).

Esta percepção é importante quando se busca avaliar estratégias de desenvolvimento local que visem reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das famílias de regiões rurais. As regiões ou localidades só vão se beneficiar de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento – propostas de fora ou surgidas no interior da própria localidade – se a população local puder reagir a tais estímulos. A unidade de análise proposta por Ray para investigar a capacidade de reação da população é a identidade, ou seja, as pessoas e a localidade devem possuir uma identidade que, de um lado, possa unificá-las em torno de idéias ou projetos e, de outro, possa diferenciá-las dos outros. A construção de uma identidade, porém, leva tempo: a identidade de um grupo ou de uma localidade é resultado de um processo histórico.

Como destaca Ray, as iniciativas de desenvolvimento local podem ser vistas como uma manifestação contrária às tendências propostas pelas forças extralocais, tais como: a tendência de centralização política e econômica, a tendência de aumento do anonimato e do individualismo que minam a comunidade, a tendência à homogeneização cultural e dos processos produtivos. A dialética do desenvolvimento local, portanto, procura demonstrar a igualdade e a diferença e como ambas são necessárias e potencialmente auto-reforçantes (p. 357).

Para que se possa avançar na análise de trajetórias de desenvolvimento, o próprio conceito de desenvolvimento precisa ser esclarecido. Ainda que muitos o identifiquem como o caminho único aberto pelo padrão de industrialização ocidental, o conceito de desenvolvimento adotado neste ensaio é o desenvolvido por Amartya Sen (es-

pecialmente em seus trabalhos de 1988, 2000, 2001), particularmente interessado em avaliar o impacto da dinâmica socioeconômica na vida dos seres humanos. Assim, um dos objetivos essenciais da atividade econômica deve ser a busca da melhoria das condições de vida e esta melhoria torna-se parte integrante do conceito de desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento é entendido como um processo de conquista, expansão e consolidação das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam e sua avaliação deve ser considerada nesta perspectiva (Sen, 2000, p. 52).

Na medida em que o desenvolvimento se preocupa com a realização de uma vida melhor, o foco da análise do desenvolvimento tem de incluir a natureza da vida que as pessoas vivem (1988, p. 15). Ou seja, é necessário, que para avaliar a qualidade de vida, a análise incorpore outros elementos, além dos mais usuais, como a renda, que oferecem medidas meramente quantitativas. Nessa perspectiva, as pessoas valorizam sua habilidade para fazer certas coisas e atingir certos tipos de estados – como estarem bem nutridas, livres de doenças e de morte prematura, e serem capazes de participar da vida em sua comunidade e terem respeito próprio. A esses estados e ações Amartya Sen chama de funcionamentos de uma pessoa. Seu bem-estar vai ser, então, avaliado em função das condições que essa pessoa tem para a realização de funcionamentos.

A realização de funcionamentos, por sua vez, não depende apenas da dotação e da qualidade dos recursos e das mercadorias apropriados pelas pessoas, mas também da disponibilidade de bens públicos e de sua possibilidade de acessar os bens privados fornecidos pelo Estado. Tais realizações, como estar com saúde, bem nutrido, educado, seguro, etc., podem ser facilitadas pelas provisões públicas de serviços de saúde, atendimento médico, sistema educacional, etc. (p. 16). Sen (2001, p. 67), na verdade, vai ainda mais longe ao propor a distinção crucial entre os funcionamentos efetivamente realizados e a liberdade para realizar ou para escolher.

Relacionada intimamente com a noção de funcionamentos está, então, a noção de capacidade para realizar funcionamentos. Ela representa as várias combinações de funcionamentos (estados e ações) que uma pessoa pode realizar. A capacidade é, portanto, um conjunto de vetores de funcionamentos que expressa a liberdade da pessoa para escolher um tipo de vida ou outro (p. 79-80). Nesse sentido, a capacidade para Sen não tem o sentido de uma simples habilidade para fazer algo, mas envolve oportunidades e liberdades substantivas que dão à pessoa uma condição de agente (p. 102). A partir das oportunidades reais, representadas pelos pacotes alternativos de funcionamentos, as pessoas podem exercer sua liberdade substantiva para agir e realizar, ou seja, sua liberdade de ter e fazer escolhas (p. 234-235).

O desenvolvimento visto pela ótica dos sistemas agrários

A teoria dos sistemas agrários é uma referência para o estudo da dinâmica da agricultura. Trata-se de uma forma de abordar as condições e modalidades de produção agrícola em diferentes níveis e em toda a sua complexidade e diversidade, permitindo compreender os mecanismos de reprodução econômica das unidades de produção agropecuárias ao longo do tempo, tendo em vista as modificações que se processam no ambiente socioeconômico no qual se inserem.

O uso dessa abordagem pressupõe o emprego de conceitos tais como: sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação, itinerário técnico, tipologia de sistemas de produção. Estes conceitos são desenvolvidos em trabalhos como os coordenados por Silva Neto et al (1997, 1998), Lima et al (2001) e têm como referência teórica os trabalhos produzidos na cátedra de Agricultura Comparada do Institut National Agronomique Paris-Grignon – INA-PG – França (Dufumier, 1996; Mazoyer; Roudart, 1998).

Um sistema agrário corresponde a um modo específico de exploração de um ecossistema resultante de transformações históricas profundas e de adaptações geográficas em larga escala. Ao caracterizar um sistema agrário, portanto, o que importa são as tendências históricas que regem as grandes mudanças das sociedades humanas. O tipo e o estado do ecossistema, o grau de acumulação de capital, a estrutura e as relações de força, típicos de cada região, exercem uma influência decisiva sobre tais tendências, podendo inclusive bloquear transformações aparentemente óbvias.

Para que se possa compreender o comportamento de um sistema agrário é fundamental realizar uma análise rigorosa dos elementos que o compõem. Até no interior de um mesmo sistema agrário a combinação dos vários elementos que o compõem não é homogênea. O ecossistema cultivado e a disponibilidade de força de trabalho e de meios de produção variam segundo o estatuto social e a dinâmica de acumulação de cada agricultor.

Dessa forma, segundo a disponibilidade dos meios de produção e de força de trabalho presentes numa unidade de produção agropecuária, e a maneira como estes elementos são combinados para a artificialização do ecossistema cultivado, podemos definir diferentes sistemas de produção.

A análise dos distintos sistemas de produção, entretanto, dificilmente pode ser feita sem a sua divisão em subsistemas mais simples. Assim, o estudo dos sistemas de cultivo e dos sistemas de criação visa especificar, respectivamente, a análise da produção vegetal e animal no conjunto da unidade de produção. Os sistemas de cultivo são definidos a partir da forma como uma determinada gleba de terra é cultivada ao longo dos anos. Já os sistemas de criação correspondem à forma como são conduzidas as produções animais.

Sobre cada um dos cultivos e das criações da unidade de produção são aplicados diferentes itinerários técnicos, correspondendo a uma sucessão lógica de operações técnicas. Compreender esses

itinerários é fundamental para que se perceba a dinâmica de trabalho, o uso dos meios de produção e de insumos, e os próprios rendimentos auferidos pela unidade.

A observação das operações e dos itinerários técnicos que compõem os sistemas de cultivo e de criação permite identificar uma grande variedade de sistemas de produção em um mesmo sistema agrário. A elaboração de uma tipologia das unidades de produção agropecuárias é um procedimento que visa facilitar o estudo dos diferentes subsistemas obtidos, de modo a chegar à análise do funcionamento interno do sistema agrário.

Uma tipologia consiste, então, no agrupamento das unidades de produção de um dado sistema agrário segundo os grandes tipos de agricultores e dos sistemas de produção que praticam. Um dos principais objetivos da tipologia é analisar os processos de diferenciação internos ao sistema agrário. De acordo com os recursos naturais, o nível de acumulação e a disponibilidade de mão-de-obra, cada tipo de unidade de produção apresenta maior ou menor possibilidade de assegurar a sua reprodução social ao longo do tempo, assumindo assim um papel específico nas tendências de transformação do próprio sistema agrário.

A capacidade de reprodução econômica dos diferentes tipos de unidades de produção pode ser estimada pelo cálculo de seu valor agregado e da produtividade do trabalho existente. Considera-se que um nível mínimo de produtividade é necessário para assegurar um desempenho satisfatório dos sistemas de produção no curto prazo (para garantir a compra de insumos e a manutenção dos equipamentos e das instalações) e no longo prazo (para garantir a reposição dos próprios equipamentos e instalações) e ainda satisfazer às necessidades de consumo dos agricultores.

Quando a produtividade do trabalho de uma unidade de produção é menor do que este nível mínimo, os agricultores tendem a não acumular fundos de depreciação suficientes para garantir a

reposição dos equipamentos, o que pode acarretar a sua eliminação futura do processo produtivo. Por outro lado, os agricultores cujos sistemas de produção permitem-lhes níveis elevados de produtividade do trabalho podem acumular o suficiente para aperfeiçoar ainda mais os seus sistemas de produção e/ou para aumentar a escala dos sistemas já praticados, por meio da compra de terras e de equipamentos.

A partir da análise da capacidade de reprodução dos diferentes tipos de unidades de produção é possível estabelecer prioridades de pesquisa de alternativas tecnológicas para esses diversos tipos, num esforço para tentar reduzir a intensidade do processo de diferenciação social dos agricultores e evitar a eliminação daqueles que historicamente enfrentam maiores dificuldades.

Na perspectiva analítica da teoria dos sistemas agrários, a procura de alternativas para os agricultores é encaminhada, então, por intermédio do aprofundamento da tipologia. Com base no nível mínimo de produtividade requerido, busca-se especificar as condições técnicas mínimas (rendimentos físicos das culturas e criações, nível de equipamento, disponibilidade de terra e de mão-de-obra) para que cada tipo possa assegurar a sua reprodução. Em seguida, analisam-se os sistemas de cultivo e de criação praticados por cada tipo, avaliando as possibilidades técnicas de que as condições de reprodução sejam atingidas. A partir daí, é factível determinar as alternativas possíveis para os tipos de agricultores em dificuldade. Muitas vezes, porém, as possibilidades técnicas dos sistemas de produção praticados por certos tipos, mesmo nas condições mais favoráveis, não permitem que estes alcancem o patamar mínimo de produtividade. A viabilização dos agricultores representados por estes tipos passa, nessa situação, por uma mudança de sistema de produção, o que pode exigir, em muitos casos, investimentos significativos e realocações de recursos cuja execução só pode ser assegurada por políticas públicas de longo prazo.

A unidade de análise básica, portanto, é a unidade de produção, e o estudo de sua capacidade de reprodução leva em conta apenas as atividades produtivas desenvolvidas, ou passíveis de virem a ser desenvolvidas na unidade de produção, em função da disponibilidade e da qualidade dos fatores de produção⁶.

O desenvolvimento considerado a partir das noções de acesso e de capacidade de acesso a ativos de capital e a atores sociais

Em uma outra perspectiva, Anthony Bebbington (1999) propõe – seguindo a trilha aberta pelas contribuições de Amartya Sen – uma estrutura analítica para olhar o local e investigar a questão da capacidade de reprodução das famílias rurais (*rural livelihoods*⁷) centrada na noção de acesso a um conjunto de ativos de capital⁸ e a outros atores sociais das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

⁶ Esta mesma abordagem pode ser adaptada para diagnosticar a evolução e as potencialidades de sistemas produtivos urbanos (ver, por exemplo, Basso et al, 2000).

⁷ O termo *livelihoods* tem o sentido de sobrevivência, condições de vida, capacidade de reprodução, referindo-se no caso especialmente às famílias rurais. Como as *livelihoods* são dinâmicas e diferem em função da composição social, econômica e cultural dos diferentes grupos, também podem ser consideradas como trajetórias de reprodução.

⁸ Os diferentes tipos de ativos de capital a que se refere Bebbington são: a) capital produzido: recursos materiais tanto para uso produtivo como para uso doméstico (máquinas, equipamentos, instalações, insumos, móveis, eletrodomésticos, etc.), recursos financeiros (linhas de crédito, condições de financiamento, etc.) e recursos tecnológicos; b) capital natural: terra (quantidade e qualidade), água (rios, córregos, fontes, etc.), florestas, condições agroecológicas; c) capital humano: níveis de instrução (educação formal, capacitações, etc.), condições de saúde e nutrição; d) capital social: a existência de normas de confiança e de reciprocidade entre os membros de uma comunidade e a criação de redes de coesão e de solidariedade dentro dela (Delgado, 2001, p. 68), que favorecem a participação em organizações, segundo o tipo (econômicas, representativas, políticas, recreação/lazer) e a escala (locais, regionais, nacionais/internacionais); e) capital cultural: origens (étnicas, religiosas), tradições, crenças, costumes.

Segundo Bebbington, muitos estudos sobre a viabilidade da economia camponesa e da agricultura familiar equivocam-se porque: a) restringem-se à análise das atividades agrícolas, desconsiderando outras atividades rurais que também compõem as estratégias de reprodução das famílias; b) utilizam critérios meramente econômicos de avaliação das condições de reprodução das famílias, quando, na verdade, elas valorizam outros critérios para avaliar suas condições de vida, relacionados principalmente as suas práticas sociais e culturais, e c) tendem a levantar uma barreira impermeável entre os produtores familiares que consideram “viáveis” e os “não-viáveis”, quando na verdade tal barreira é tanto permeável quanto móvel, não pode ser naturalizada, e depende de considerações econômicas, sociais, políticas, culturais e tecnológicas que se alteram ao longo do tempo.

No esquema de análise proposto por Bebbington, os ativos de capital não representam simples recursos de que as pessoas dispõem ou através dos quais ganham a vida, por assim dizer. Para essa concepção, os ativos de capital são mais do que isso: são elementos que capacitam as pessoas para ser e agir ou, como destaca Sen (1997), para realizar funcionamentos (*doings e beings*). Nesse sentido, são instrumentos que as ajudam a dar significado ao mundo, influenciando as decisões acerca de suas estratégias de sobrevivência e permitindo que transformem suas relações com o mercado, o Estado e a sociedade civil.

A posse de capital humano, por exemplo, não contribui apenas para incrementar a produtividade e a produção, mas também para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Não é apenas um meio, é também um fim em si mesma. O argumento de Sen (1997) é que a capacitação humana é importante para fortalecer a habilidade das pessoas para se engajarem em discussões, debaterem, negociarem, somarem as suas à multidão de vozes que influenciam os discursos familiares, locais e nacionais sobre o desenvolvimento.

Mais importante ainda é que estas capacidades transformam as pessoas, habilitando-as a tornarem-se agentes de mudança, qualificando-as para questionar, desafiar, propor e buscar novas maneiras de fazer as coisas, de mudar as regras do jogo do desenvolvimento.

Isto é igualmente verdadeiro para os demais tipos de ativos de capital, de forma especial talvez para o caso do capital social. O importante a ressaltar é que esses ativos não são somente recursos (materiais ou imateriais) que permitem a sobrevivência; eles são também a base do poder do agente para agir e reproduzir, desafiar e mudar as regras que governam o controle, o uso e a transformação dos recursos. Nesta estrutura de análise, portanto, os ativos são considerados – seguindo Habermas – como veículos para a ação instrumental (para ganhar a vida), para a ação hermenêutica (para dar um significado à vida) e para a ação emancipatória (para desafiar e tentar mudar as estruturas nas quais se ganha a vida) (Bebbington, 1999, p. 5).

Dessa forma, os ativos de capital estão relacionados tanto com o empoderamento⁹ (*empowerment*) e com a mudança, como com a sobrevivência e a forma como as pessoas se reproduzem. Nesse sentido, a questão do acesso e do capital social constituem-se nos elementos centrais do esquema de análise proposto por Bebbington. Acesso e capital social são os conceitos que servem para analisar as relações e as transações entre os membros de uma família rural e outros atores, relações estas mediadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Em sua discussão da agricultura camponesa andina, Bebbington (1999) constata que as formas como as famílias compõem suas estratégias de sobrevivência são múltiplas e que nestas estratégias

⁹ Que poderia ser definido, sinteticamente, como o processo através do qual as pessoas/famílias, as comunidades ou as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se em uma posição de poder mudar sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil.

os componentes não-agrícolas são crescentes e significativos. Em meio à diversidade de situações, o autor destaca a existência de alguns temas comuns quando se analisam situações de sucesso na composição de estratégias de reprodução viáveis e sustentáveis. Tais temas expressam um relativo sucesso de parte das famílias e de seus membros para manter ou aumentar seu acesso (p. 19-20):

- a diferentes recursos, como crédito, terra, qualificações, trabalho, etc, dependendo de quais são mais relevantes para o tipo de trajetória de reprodução que as pessoas estão compondo. É importante perceber que nem todos os recursos ou tipos de ativos são usados da mesma forma e ao mesmo tempo. Essa utilização e sua intensidade vão depender, significativamente, da trajetória de reprodução das famílias e do significado que atribuem aos diferentes recursos. Em suas opções, as famílias podem sacrificar um ou outro desses ativos, de forma a armazenar outro mais apropriado para a sua respectiva estratégia de reprodução ou de sobrevivência;
- a diferentes oportunidades para transformar esses recursos em fontes de “otimização” de suas condições de reprodução, por meio, por exemplo, do acesso a novos mercados de trabalho e de produtos;
- aos meios de intensificar as formas existentes pelas quais esses recursos contribuem para suas trajetórias de reprodução. Isso pode ser feito, por exemplo, por uma negociação de melhores condições nas transações, o que pode ser alcançado pela renegociação das relações de poder subjacentes a essas transações.

Para poder alcançar as situações descritas, as pessoas/famílias precisam desenvolver a capacidade ou a habilidade para conquistar essas diferentes formas de acesso, o que pode ser obtido, segundo o autor, com sua participação em redes de parentesco, étnicas ou religiosas, em organizações sociais e através de sua interação com organizações governamentais e não-governamentais e mesmo com atores do mercado.

Por outro lado, de acordo com Bebbington (1999, p. 20), onde as famílias rurais não foram capazes de melhorar suas condições de reprodução, as razões principais parecem derivar de falha ou incapacidade para:

- defender seus ativos existentes (perdendo terra, capital financeiro, qualidade do solo, etc.);
- identificar e assegurar oportunidades para transformar esses ativos em capacidade de reprodução;
- proteger formas existentes de transformação dos ativos em capacidade de reprodução (perdendo, por exemplo, o lugar que dispõem num mercado).

Um fator importante que explica o fracasso na contenção das forças que criam pobreza ou que dificultam a capacidade de reprodução das famílias é a sua incapacidade de construir e de utilizar adequadamente redes e relações com atores do Estado, do mercado e da sociedade civil, que poderiam ajudá-las a ter acesso, defender e capitalizar os diferentes tipos de ativos mencionados.

Conseqüentemente, um esquema analítico que tenha como objetivo fundamental a avaliação da capacidade de reprodução das famílias rurais, na perspectiva da redução da pobreza e das desigualdades sociais, deve contemplar pelo menos três elementos centrais: os diversos ativos que as famílias rurais utilizam para garantir a sua sobrevivência; as formas e os meios pelos quais os grupos familiares são capazes de acessar, defender e manter esses ativos; e a capacidade dos grupos familiares para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade.

Isso significa, como adverte Bebbington (1999), que, ao analisar os grupos sociais rurais, devemos olhar menos para a agricultura em si e prestar mais atenção nos tipos de recursos e de esferas institucionais e de mercado que as famílias conseguem acessar para garantir e melhorar suas condições de reprodução. Para isso tor-

na-se importante considerar com especial cuidado os vários tipos de estratégias de reprodução social que estão emergindo, em particular os tipos de acesso a recursos e de intensificação das capacidades e os fatores econômicos e políticos nos quais se baseiam, buscando identificar as condições pelas quais é possível contribuir – por exemplo, por meio da política pública – para que essas estratégias sejam mais sustentáveis e mais eficazes para a redução da pobreza rural¹⁰.

Para pensar e projetar ações de intervenção, é importante identificar os tipos de ativos de capital mais importantes para diferentes pessoas, em diferentes lugares, e com estratégias diversas de reprodução/sobrevivência, de modo a identificar os investimentos públicos mais úteis (ou mais prejudiciais) em tais áreas. Neste sentido, para melhorar a eficácia e a relevância do investimento público e de qualquer ação de desenvolvimento, é importante mapear previamente os diferentes ativos de que as pessoas ou famílias precisam para manter e melhorar suas condições de reprodução, de modo a intervir tanto sobre as suas possibilidades de acesso, como sobre o volume e a qualidade dos ativos de que já dispõem.

Outro elemento importante destacado na abordagem de Bebbington (1999) é o reconhecimento de que as pessoas podem ter diferentes percepções a respeito do que entendem por pobreza, capacidade de reprodução social e desenvolvimento. Além de que, não existe um conceito “objetivo” e independente dos grupos sociais envolvidos para cada um desses termos, a sua relativização é importante não apenas porque a percepção que as famílias tenham sobre pobreza, capacidade de reprodução e desenvolvimento vai influir na composição das suas estratégias de reprodução, mas também porque essa constatação indica que não se deve pensar em estratégias únicas ou padronizadas na formulação de políticas públicas de combate à pobreza ou de redução de desigualdades sociais.

¹⁰ Para uma abordagem que também enfatiza a importância central da análise das estratégias de reprodução social das famílias para a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, veja Carneiro (1999).

Da mesma forma, é importante ter presente que as estratégias de reprodução das famílias rurais não são fixas ao longo do tempo, mas podem mudar em função da perda ou ganho de determinados ativos de capital, como resultado, por exemplo, de seus processos de exploração e de uso dos recursos naturais, da influência de políticas macroeconômicas ou ainda como consequência das estratégias econômicas de outros atores. Assim, além da percepção das famílias rurais, é igualmente necessário relacionar as alterações nas condições de reprodução das famílias mais pobres com as mudanças nos ativos de outros atores.

Pessoas, regiões e países optam por enfatizar certas dimensões da pobreza e não outras, certas dimensões da sustentabilidade e não outras. Isto é importante porque os indicadores de alívio da pobreza não necessariamente são os mesmos da garantia de sustentabilidade, ou seja, melhorias nos indicadores de pobreza, no curto prazo, podem ocorrer à custa de uma utilização não-sustentável de alguns ativos de capital disponíveis. Assim, a forma como as pessoas, as regiões e os países fazem suas escolhas depende do significado que o desenvolvimento, a pobreza, e as condições de vida tenha para elas, e das restrições sob as quais tomam tais decisões. Para que as intervenções públicas sejam relevantes, é fundamental levar em conta essa dimensão de experiência de pobreza e de trajetória de reprodução dos diferentes grupos familiares envolvidos.

Bebbington (1999, p. 30) insiste, ademais, que certas estratégias de reprodução podem ter um significado especial associado ao conjunto de práticas culturais possibilitadas (ou restringidas) pelos padrões de co-residência, vizinhança ou proximidade desfrutados pelo grupo social considerado. Além de serem significativas, essas práticas culturais são também capacitadoras e empoderadoras, pois permitem formas de ação e de resistência que os outros quatro tipos de capital, por si só, não possibilitariam, podendo ainda ser a base para a manutenção e o fortalecimento de cada um dos outros tipos de

capital. Pelo estímulo a certas formas de preservação de identidade e de padrões particulares de interação, as práticas culturais capacitam, inspiram e empoderam¹¹, tornando-se, por consequência, um insumo adicional relevante para a produção de condições de reprodução social e de redução da pobreza.

Exatamente o mesmo que foi dito do capital cultural pode ser afirmado do capital social. O desenvolvimento de redes e de organizações pode desempenhar um papel importante para ajudar as pessoas a agirem para melhorar suas condições de vida, mobilizar e defender ativos, além de serem fundamentais para aumentar a capacidade de as famílias tornarem-se agentes de mudança.

Além do acesso aos diferentes tipos de ativos de capital, a abordagem proposta por Bebbington (1999) destaca também a capacidade de acesso dos grupos rurais aos atores das outras esferas da sociedade, ou seja, das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. Cada uma dessas esferas tem sua própria lógica e influencia a distribuição, o controle e a transformação dos ativos. É por meio das relações entre as famílias rurais e os atores que operam nestas outras esferas que as pessoas e suas organizações buscam reafirmar ou renegociar as regras que determinam o acesso aos recursos ou ativos na sociedade e, com isso, poder influenciar nas condições que lhes permitam garantir a reprodutibilidade.

A habilidade das pessoas ou grupos sociais para ter acesso a atores que agem na esfera do mercado, do Estado ou da sociedade civil é, por sua vez, fortemente afetada pelas capacidades que possuem, como resultado de suas dotações iniciais dos diferentes tipos de ativos de capital. Ou seja, pessoas com dotações significativas de terra (capital natural), ou de recursos financeiros e materiais (capital produzido), ou de fortes redes sociais (capital social), ou de níveis

¹¹ O empoderamento deve ser visto como possibilidade de mudar as relações de poder e, por consequência, as condições de acesso.

de educação mais elevados (capital humano) são geralmente melhor capacitadas para ter acesso às instituições do Estado e do mercado e, assim, exercer mais influência sobre os padrões de acesso subsequentes.

Por isso, é importante compreender as condições sob as quais as pessoas que possuem menos dotações de ativos são capazes de – ou podem ser capacitadas para – incrementar seu acesso aos atores que operam nessas diferentes esferas. Também é importante compreender como as organizações podem começar a agir mais em favor dessas pessoas/famílias.

Para Bebbington (1999, p. 36), o capital social e o capital cultural podem ser de importância vital na determinação do acesso aos recursos e devem constituir-se em alvos fundamentais da intervenção pública, se o objetivo for alterar as formas pelas quais o Estado e o mercado habitualmente afetam a distribuição de ativos e a habilidade das famílias rurais em usá-los.

O conceito de capital social tem sido utilizado de forma assustadoramente crescente nas duas últimas décadas para explicar um universo muito amplo de questões. Tanto é assim que muitos o consideram um conceito sem valor explicativo ou um conceito que se pretende tão amplo que acaba por não explicar nada. Portes e Landolt (1996), por exemplo, afirmam que o uso inadequado do conceito de capital social pode não apenas levar a afirmações circulares e banais, inofensivas a princípio, mas também a recomendações políticas que podem se tornar perigosas. Para estes autores, não é a falta de capital social, mas a carência de recursos econômicos objetivos – a começar por empregos decentes – que submete grupos sociais à difícil situação de empobrecimento.

Apesar dessas ressalvas, é crescente o número de estudos que reafirmam a importância do capital social para ampliar as oportunidades de acesso das famílias rurais aos ativos de capitais e a ou-

tros atores. Bebbington et al (1997) fazem referência ao trabalho de Stewart (1996) para mostrar que dotações de capital social podem ser um meio pelo qual as famílias ou grupos podem ser tanto mais eficientes na construção e uso de outros tipos de capital, quanto mais eficazes para promoverem suas reivindicações em relação a outros atores. Estas reivindicações, por sua vez, devem capacitá-los para ter melhor acesso a outros recursos e para usá-los de forma mais eficaz. Esta forma de conceber o capital social sugere que a proteção e a acumulação das outras formas de capital entre grupos sociais tradicionalmente marginalizados podem ser reforçadas por meio da construção de certos tipos de relações e de organizações sociais.

Bebbington vem analisando o papel desempenhado por organizações rurais em estratégias de desenvolvimento local e de redução da pobreza em vários estudos da região dos Andes (ver em especial, Bebbington, 1996; Bebbington et al, 1997; Bebbington, 2000). As discussões sobre capital social geralmente não fazem uma distinção suficiente entre os diversos tipos de organizações existentes e os diferentes papéis que podem desempenhar. Existem “organizações econômicas”, mais voltadas para a produção e a geração de renda, e “organizações reivindicatórias”, mais voltadas à representação política. Da mesma forma, existem organizações que operam em diferentes escalas, no nível da comunidade, da federação, da confederação, assim como com diferentes intensidades de força e fraqueza (Bebbington, 1996).

Para contribuir com o desenvolvimento e a melhoria das condições de reprodução das famílias, as organizações rurais – além de oportunizar a interação nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil – também precisam ser capazes de ajudar seus membros a tornar efetivo o uso do capital natural, humano e produzido que conseguem acessar com suas reivindicações.

Bebbington e Carroll (2000) sustentam que as organizações de populações pobres personificam uma forma particular e importante de capital social estrutural, constituindo-se em um ativo potencialmente importante para as estratégias de reprodução e podendo desempenhar papéis significativos nas estratégias de redução da pobreza. A natureza dessas organizações, no entanto, varia muito, seja em função da escala, do seu papel, da sua eficácia e do seu grau de inclusão ou exclusão. Essa diversidade faz os autores advertirem para os perigos de invocar concepções unitárias de capital social e de falar de maneira genérica e romântica sobre o universo de organizações populares rurais.

Apesar disso, os estudos de Bebbington têm destacado a importância de organizações populares rurais que funcionam em escala regional, formas federadas de organizações, ou organizações de segunda ordem (Bebbington; Carrol, 2000). Este tipo de organização funciona numa escala meso ou intermediária, fazendo a mediação entre as formas de organização da comunidade local e as organizações que atuam em nível mais amplo (nacional e internacional). Isto é importante na perspectiva da capacitação das famílias rurais para o acesso – a recursos e a atores sociais – uma vez que as organizações comunitárias, ainda que mais enraizadas nas demandas das populações rurais, apresentam baixa capacidade de representação política frente às instituições nacionais. As organizações nacionais, por sua vez, têm mais poder político, porém mais dificuldades para captar as demandas e as aspirações das populações carentes de localidades distantes.

Mesmo neste nível de organização (organizações de segunda ordem) existe uma diversidade de formas organizacionais. Apesar disso, seu impacto sobre o desenvolvimento local pode ser grande. Este impacto depende muito da capacidade dessas organizações tanto para criarem vínculos entre seus membros (capacidade interna), quanto para construírem ligações externas (capacidade externa).

Em seus estudos sobre as organizações populares rurais nos Andes, Bebbington e seus colaboradores constataram que estas instituições, particularmente as organizações de segunda ordem atuando em escala regional, representam uma manifestação clara de capital social, com impactos importantes sobre o desenvolvimento local e a redução da pobreza rural. Isso ocorre por conta de sua ajuda às pessoas no acesso a mercados e a recursos naturais, na revitalização de culturas locais e nas mudanças que provocam nas formas de governar em muitos municípios de sua região de abrangência. O capital social, nessa perspectiva, é potencializador de, e é potencializado por, relações de sinergia público-privado. Ademais – o que é ainda mais importante – esta abordagem enfatiza a possibilidade de que o capital social seja construído socialmente, confirmando os resultados obtidos pelos trabalhos de Evans (1996 em especial) e de Tandler (1998) sobre as relações de sinergia entre atores públicos e privados, e de Fox (1996) sobre a possibilidade de construção política de capital social¹².

A criação de capital social, entretanto, não depende apenas da boa governança. Fatores contextuais e históricos ajudam a explicar tanto os níveis de dotação de capital social quanto seus impactos sobre o desenvolvimento. As condições agroecológicas, os tipos de recursos, os padrões de migração, a história político-econômica, as questões étnicas, podem influenciar as possibilidades de construção de capital social (Fox, 1996; Bebbington et al, 1997). Assim, o desenvolvimento de estratégias para construir capital social para o desenvolvimento rural deve estar submetido ao entendimento das restrições, oportunidades e potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto histórico-regional.

¹² O trabalho de Tandler (1998), por exemplo, argumenta que o bom governo pode emergir como um efeito de liderança e habilidade administrativas e, então, ser um veículo para a construção de capital social, por meio do desenvolvimento de laços de confiança entre servidores públicos e comunidades, viabilizado pelo surgimento de organizações de agricultores e de outros tipos de organizações.

Estudando as trajetórias de reprodução dos camponeses mexicanos, Fox (1996) sugere que o capital social aparentemente facilita formas de ação que fortalecem as trajetórias de reprodução social das famílias. Em geral, essas ações são capazes de aumentar a capacidade das pessoas para acessar e defender recursos, transformá-los em renda, bem como acessar instituições e organizações nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, tentando, dessa forma, facilitar o acesso, a defesa e a transformação dos recursos. E, o que é importante, isso pode acontecer por meio de ações das famílias rurais ou das organizações externas, ou seja, de dentro para fora ou de fora para dentro.

Uma boa parte dos trabalhos sobre capital social enfatiza os diversos modos pelos quais as relações sociais podem ser mobilizadas de dentro da sociedade civil para administrar recursos de vários tipos e para engajar-se com outros atores. Essa perspectiva vê o capital social e a ampliação do acesso de dentro para fora e pode ser organizada em torno da noção de acessar, reivindicar, defender e transformar os ativos (Bebbington, 1999, p. 40).

Outros trabalhos analisam o capital social e a ampliação do acesso de fora para dentro, procurando entender as condições sob as quais as instituições externas podem “chegar em baixo” e aumentar efetivamente o acesso das populações rurais aos recursos e às esferas (p. 41). Sob certas condições, os atores governamentais têm sido capazes de ampliar o acesso e o controle sobre os recursos nas áreas rurais por meio de processos que podem ser considerados como de construção de capital social. Se em muitos casos isso tem ocorrido num contexto de simples provisão de recursos, em outros o governo tem sido capaz de construir relações de sinergia com as organizações locais, melhorando a relação de colaboração entre a sociedade e o Estado e, ao mesmo tempo, comprometendo e controlando o Estado para dar conta de ações que representem a contribuição governamental no processo de fornecimento de serviços importantes para a melhoria das condições de vida das famílias (p. 42).

Uma contribuição importante nesta discussão sobre o capital social observado de dentro para fora ou de fora para dentro foi dada por Woolcock (1998), para quem o êxito de um processo de desenvolvimento está associado tanto às iniciativas de nível micro quanto às de nível macro. O desenvolvimento depende tanto de iniciativas de baixo para cima (*botton-up*), quanto das de cima para baixo (*top-down*). As iniciativas locais dependem tanto da integração e do envolvimento dos atores locais quanto da ligação com atores externos. As iniciativas externas, por sua vez, dependem não só da existência de instituições íntegras e competentes, mas também do seu necessário relacionamento com a sociedade e com as iniciativas localizadas.

Considerações finais: possíveis diferenças e complementaridades entre as abordagens

A abordagem do acesso a ativos e atores, associada a Sen/Bebbington, define um esquema analítico apropriado para investigar as trajetórias de reprodução social das famílias rurais e/ou para analisar o desenvolvimento rural na perspectiva dos atores sociais participantes, como os agricultores familiares. Sua abordagem transcende, então, a análise da unidade de produção agrícola, na mesma medida em que não restringe, metodologicamente, o estudo da dinâmica social das famílias rurais ou da agricultura familiar ao exame da atividade agrícola que desempenham. A renda gerada pelas famílias rurais ou pela agricultura familiar tem múltiplas fontes, agrícolas e não-agrícolas, e todas devem ser consideradas na análise das trajetórias de reprodução social e do desenvolvimento rural. É apenas na investigação empírica que a hierarquização das fontes de renda pode ser enfatizada e os padrões de combinações possíveis dependem dos casos específicos que estejam sendo observados.

Na perspectiva de Bebbington, as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar ou de reprodução social das famílias rurais depende da disponibilidade de recursos (materiais, naturais, técnicos, culturais, intelectuais, etc.) que possuam – e da possibilidade de que diversifiquem, incrementem e melhorem a qualidade desses recursos – e da capacidade que tenham para transformar os recursos em ativos de capital, de modo a reposicionar e transformar sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, para essa abordagem, concentrar as energias sociais e políticas na consolidação dos sistemas agrários não é suficiente para garantir a sustentação de um processo de desenvolvimento rural. Para que isto ocorra é necessário que os grupos sociais envolvidos se capacitem para poder transformar sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil. E a política pública deve estar orientada, de forma significativa, para estimular essa autocapacitação dos atores sociais e de suas organizações representativas¹³.

A teoria dos sistemas agrários, por sua vez, tem a dinâmica da atividade agrícola como um objeto específico de análise. Coerente com isso, o conceito de reprodução social desenvolvido no âmbito desta teoria diz respeito à reprodução dos agricultores enquanto categoria social específica, os quais dependem da capacidade de seus sistemas de produção agropecuária lhes proporcionarem uma renda suficiente que lhes possibilite desempenhar um papel específico na sociedade.

Isso explica a importância que a abordagem baseada na teoria dos sistemas agrários confere à análise técnica e econômica das unidades de produção, separando cuidadosamente a renda gerada

¹³ É, no essencial, sobre esse processo de autocapacitação que nos referimos quando falamos de empoderamento dos atores. Para uma discussão iluminadora da necessidade fundamental de considerar as esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil (e da comunidade) – sem esquecer qualquer delas – na análise das perspectivas do desenvolvimento social, consulte-se Offe (1999).

pelo sistema de produção de outras fontes de renda. Dessa forma, os estudos de sistemas agrários procuram elucidar a dinâmica específica de uma agricultura (local, regional, nacional...) a partir dos processos de diferenciação social entre os agricultores enquanto tais, os quais – segundo a teoria – são determinados pela capacidade de acumulação dos diferentes tipos que compõem a “agricultura” em questão.

É importante salientar que isso não significa que a teoria dos sistemas agrários desconheça ou negue a importância que as atividades não-agrícolas desempenham no desenvolvimento rural ou sua grande influência na dinâmica da própria agricultura. Ao contrário, uma das características da teoria dos sistemas, que muitas vezes provoca até algumas reações adversas, especialmente no “meio agrônômico”, é a importância que confere à influência de outras atividades sobre a agricultura, embora concentre prioritariamente o seu arsenal analítico na própria atividade agropecuária. Conseqüentemente, o conceito de desenvolvimento rural adotado pela teoria dos sistemas agrários apresenta especificidades importantes, na medida em que se relaciona mais diretamente com um “desenvolvimento a partir da agricultura”.

Assim, segundo essa teoria, uma agricultura pode proporcionar desenvolvimento para uma sociedade na medida em que suas condições de reprodução sejam satisfeitas. Tais condições, evidentemente, não se restringem aos aspectos econômicos da atividade agropecuária, ou seja, a sua capacidade de proporcionar renda e acumulação de capital, mas também engloba aspectos ecológicos – a reprodução da fertilidade do ecossistema – e aspectos sociais mais amplos – sua capacidade de proporcionar uma efetiva melhoria no padrão de vida da população como um todo.

Percebe-se, portanto, que a abordagem do acesso a ativos e atores e a teoria dos sistemas agrários têm alcance e, provavelmente, objetivos diversos. A teoria dos sistemas circunscreve sua análise

se às atividades agropecuárias e à caracterização dos sistemas de produção, enquanto elementos explicativos principais da dinâmica dos agricultores. Seu objetivo acaba sendo a caracterização da trajetória das unidades de produção agropecuárias. A abordagem do acesso a ativos e atores tem como objetivo a análise das trajetórias de reprodução social das famílias rurais. Sua ótica não se restringe à consideração dos aspectos econômicos da dinâmica da agricultura familiar, nem concebe as estratégias de reprodução social como sendo estruturadas basicamente em função das atividades agropecuárias da unidade de produção familiar. Sua ênfase é posta na capacidade das famílias e de suas organizações terem acesso, acumulem e melhorem a qualidade de diferentes tipos de recursos, e de transformarem esses recursos em ativos de capital, que se tornam, então, veículos para a ação instrumental, hermenêutica e emancipatória desses grupos sociais. O desenvolvimento rural vai representar, então, o resultado do processo de empoderamento pelo qual esses grupos sociais transformam sua relação com o Estado, o mercado e a sociedade civil¹⁴.

É provável, por fim, que as concepções de desenvolvimento rural e as recomendações de políticas públicas que resultem das duas abordagens sejam diversas e não necessariamente convergentes. Talvez seja possível, todavia, imaginar também a existência de complementaridades importantes entre as duas abordagens, para além do caso em que as atividades agropecuárias desempenhem um papel econômico preponderante nas estratégias de reprodução social das famílias, quando, então, a metodologia da teoria dos sistemas agrários certamente tem uma enorme utilidade para investigações empíricas orientadas pela abordagem do acesso a ativos e atores.

¹⁴ É claro que a maior circunscrição do objetivo da teoria dos sistemas agrários torna-a mais manejável e, por isso, bastante poderosa metodologicamente, quando se trata de operacionalizá-la para o estudo de casos empíricos concretos. O oposto ocorre com a abordagem do acesso a ativos e atores que, por sua maior complexidade e proximidade, e por ser relativamente recente, ainda está experimentando no campo das aplicações empíricas concretas.

Fica posto, portanto, o desafio de definir um programa de pesquisa sobre desenvolvimento rural que busque extrair as sinergias derivadas de uma tentativa séria de explorar as possibilidades de convergência e de compatibilidade entre as duas abordagens.

Bibliografia

AROCENA, J. *El desarrollo local: um desafio contemporâneo*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

BASSO, D.; CASTOLDI, A.; MUENCHEN, J. V.; DAL RI, M.; CAMARÁ, S. T. *Estudo da dinâmica e perspectivas da indústria de Ijuí/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

BEBBINGTON, A. “Organizations and intensifications: campesino federations, rural livelihoods and agricultural technology in the Andes and Amazonia”. In: *World Development*, vol. 24, n. 7, 1996. p. 1161-1177.

BEBBINGTON, A.; KOPP, A.; RUBINOFF, D. “From chaos to strength? Social capital, rural people’s organizations and sustainable rural development”. In: FAO, *Working Group on Pluralism and Sustainable Forestry and Rural Development*, paper n° 2, December 1997.

BEBBINGTON, A. *Capitals and Capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*. London: IIED-DFID, *Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies*, January 1999, 54 p.

BEBBINGTON, A.; CARROLL, T. F. “Induced social capital and federations of the rural poor”. In: Social Capital Initiative, working paper n° 19, *World Bank*, 47 p., March 2000,

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CARNEIRO, M. J. “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

DELGADO, N. G. “Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 16, p. 62-73, abril 2001.

DUDERMEL, T. *Brésil Meridional, les enjeux d'une agriculture en crise: capitalistes et paysans du Nord-Ouest du Rio Grande do Sul face aux bouleversements économiques*. Thèse de Doctorat. Paris: Institut National Agronomique, 1990.

DUFUMIER, M. *Les projets de développement agricole: manuel d'expertise*. Paris : Éditions Karthala, 1996.

EVANS, P. “Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy”. In: *World Development*, Vol. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

FOX, J. “How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico”. In: *World Development*, Vol. 24, n. 6, p. 1089-1117, 1996.

HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, A. P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C. dos; MÜLLER, A. G. *Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores*. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la contemporaine*. Paris: Seuil, 1998.

OFFE, C. “A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade”. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo; Brasília: Editora Unesp; Enap, 1999. p. 119-145.

PORTES, A.; LANDOLT, P. “The downside of social capital”. In: *The American Prospect*, nº 26, May-Jun, 1996. p. 18-21.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

RAY, C. “Towards a Theory of the dialectic of local rural development within the European Union”. *Sociologia Ruralis*, 37 (3), p. 345-362, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEN, Amartya. “The concept of development”. In: *Handbook of Development Economics*. Volume I, Edited by Chenery and Srinivasan, Elsevier Science Publishers B.V., 1988. p. 10-26.

_____. “Human capital and human capability”. *World Development* 25 (12), p. 1959-1961, 1997.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA NETO, Benedito. *Les potencialites de l’agriculture familiale dans une region de grands domaines d’elevage extensif: contribution à la reflexion sur la réforme agraire dans l’Etat do Rio Grande do Sul (Brésil)*. These pour l’obtention du titre de Docteur de l’Institut National Agronomique Paris-Grignon. France, 1994.

SILVA NETO, B.; BASSO, D.; LIMA, A. P. de; SANTOS, A. C. dos; BERTO, J. L.; MÜLLER, A. G.; DRUMM, F.; HACKENHAAR, N.; MARKUS, H. V. *Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

SILVA NETO, B.; BASSO, D.; GARCIA, D. C.; MARKUS, H. V.; GUSE, L.; MISTURA, C. *Estudo da dinâmica e perspectivas da agricultura da região de Três Passos/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

STEWART, F. “Grops for good or ill”. *Oxford Development Studies*. Volume 24(1), p. 9-25, 1996.

TENDLER, J. *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Brasília: Revan; ENAP, 1998.

WORLD BANK – Social Capital Initiative Working Paper Series. Disponíveis em: www.worldbank.org/socialdevelopment (vários artigos a partir de 1998).

WOOLCOCK, M. “Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework”. In: *Theory and Society*, 27 (2), p. 151-208, 1998.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. “Social capital: implications for development theory, research and policy”. *World Bank Research Observer*, 15 (2), p. 225-2, 2000.